

Atualidade dos regimes de Planificação

VIVEMOS uma época histórica, de larga transcendência na vida futura das sociedades organizadas; sofremos o desequilíbrio causado pela queda fragorosa de valores que envelheceram e o surgimento irresistível de novos valores que se estão impondo. É esta a crise de nossos tempos, em que nos debatemos frente o choque inevitável das questões de ética geral, onde se embaralham os problemas dos valores de supervivência, de atividade dirigida para segurança dos grupos sociais, e de ética das relações pessoais, onde vibram os problemas da vida privada no mundo moderno. Daí, tudo parece indicar, avançarmos para uma ética das relações organizadas, segundo a qual serão supervisionados trabalho e lazer, produção e consumo, tudo dentro de uma grande dose de conhecimentos científicos e sentido moral, que deverão enformar uma consciência social. Em suma, vivemos uma época de crise, que só poderá ser vencida mediante um regime cristão de esforço cooperativo, o qual, dentro desse sentido elevado de transição evolutiva, nos levará de uma sociedade não regulada a uma sociedade planificada.

Esta, pois, é uma idade de reconstrução social, em que a crise do liberalismo fez periclitlar fortemente o regime democrático e que, por outro lado, a intervenção crescente do Estado, porque não se libertou de fatores, julgados invariáveis, da personalidade humana, redundou em muitos países num sistema de regulação sem plano. Tudo indica, pois, que enfrentaremos um sistema de valores novos, já que há necessidade de uma psicologia social, e esta só poderá derivar do processo sociológico, superposto aos processos puramente econômicos ou culturais.

A técnica de planificação, pois, não se extinguiu com o isoterismo de certos países, que a elevou aos rigores extremos de círculo fechado. É um problema de cultura, de direção das forças racionais e irracionais do nosso mundo, que deverá evoluir, segundo autores magistrais, como MANNHEIM, no sentido de uma "democratização fundamental" e de uma "interdependência crescente".

Se ainda não acreditamos numa racionalidade substancial da vida social, não podemos acreditar também numa irracionalidade irremediável. Solidariedade de horda, competência individual e reintegração crescente dos grupos, são etapas de disciplina, atingidas pelas formas societárias mais primitivas, e podem ser encaradas também como degraus de racionalização funcional da moralidade.

Planificar, pois, é um determinismo da disciplina social, é um estágio de racionalização moral dos governos. É um determinismo histórico que, iniciado pela diversificação das minorias de elite, levou a um congraçamento os intelectuais de todas as classes, em volta dos governos. Planificar, pois, é um caminho de sintonia entre pensamento e ação do homem novo; é índice de um novo tipo de conduta humana, é índice da nova estrutura multidimensional da sociedade.

Desse modo, os planejamentos são hoje armas poderosas nas mãos do governo, instrumentos de segurança social organizada, enfim, emanção da racionalização dos controles sociais.

É evidente que não se pode esperar dos planejamentos mais do que eles podem oferecer. Seria utópico, por exemplo, planejar a mobilidade social, já que ela decorre, em grande parte, da eterna inquietação humana. Planificar, por isso mesmo, ainda

hoje é uma atividade de fundo eminentemente econômico. E mesmo dentro deste setor, embora toda a ciência econômica com que se tem procurado lastreá-los, os planejamentos econômicos totais têm fracassado em alguns países, se quisermos encarar tais planejamentos dentro do caráter sócio-ético com que o Carlyle do Past and Present pretendeu instrumentalizar a economia.

Isto, porque, ainda hoje, tais planejamentos têm sido mais usados como “panacéias”, o que levou mesmo autores como Lionel Robbins a dizer irônicamente que “o planejamento é a grande panacéia da nossa idade”.

Como escreveu o Professor John M. Clark, no início do seu livro *Social Control of Business*, nós vivemos no meio de uma revolução — uma revolução que vem transformando o caráter dos negócios, a vida e as relações econômicas de cada cidadão”. Neste período sintetizou o tratadista de Chicago todo o drama da sociedade hodierna. Em verdade, a Revolução Industrial ainda não se definiu completamente. Cantada e decantada há já dois séculos, continua, hoje, o enigma do futuro. A aplicação do progresso científico à vida econômica vem insistentemente prolongando uma situação passada. E assim, como já afirmámos uma vez, os planejamentos econômicos tem procurado solver uma crise social — o que nos parece excessivo — exorbitando, pois, seu verdadeiro destino.

Por outro lado, como a humanidade de hoje não passa daquela “sociedade pecuniária” de que nos fala Moulton, o controle social tem descambado principalmente para as questões de crédito, política monetária, etc. Dêsse modo, até agora os sistemas de controle conhecidos, ao invés de serem conquista diária para o levantamento do nível da humanidade, tem sido, as mais das vezes, um simples meio de cercear morigeradamente os jogos do capitalismo moderno. E mais e mais complexa se torna a situação, pois que, se o controle das forças da sociedade exigiram uma política econômica, esta, engendrando um desalentador círculo vicioso, está exigindo um planejamento social, em bases de humanismo. Isto porque, mesmo dum ponto de vista estritamente econômico, eliminar cartels, acelerar este ou aquele ramo da produção, intensificar comunicações, restringir o crédito ou regular preços, são tarefas que realmente ferem fundo a organização social de nossos dias. Esta é a lição dos planejamentos socialistas, corporativistas ou sócio-liberais.

Pode afirmar-se ser a sociedade moderna ainda bastante bisonha para tentar planificar desde suas mínimas despesas até os mais profundos conflitos industriais. No entanto, não se pode negar a cristalização de alguns princípios econômicos, alguns, de base moral, dentre os quais se salienta o que leva o financista à Moneyless-economy, isto é, a uma economia que se consubstancie mais e mais em termos de produção e não de moeda; outros, de base internacionalista, que buscam a estabilidade dos mercados internos, a função seletiva das tarifas, a boa distribuição do capital e do trabalho, a discriminação de mercados géo-econômicos, a superintendência da política comercial, a aceitação ou recusa do liberalismo fiduciário, etc.; e ainda outros, de base nacionalista, que levam ao protecionismo, ao controle de investimentos, à política monetária, à restrição ou não da migração, enfim, a um socialismo funcional — todos responsáveis pelo metabolismo econômico-social de cada país moderno.

Parece-nos, pois, inevitável aos governos atuais a tentativa dos grandes planejamentos nacionais. Daí por que nos apressamos, no presente número da Revista, a versar principalmente os temas da planificação, quer econômica ou administrativa, financeira ou social, convictos de que, com tal procedimento, prestaremos um valioso serviço à Nação.